

51ª Sessão da Câmara Municipal de Viradouro,
14ª Sessão Ordinária, do 3º ano da
16ª Legislatura, em 05 de outubro de 2015.

Aos 05 (cinco) dias do mês de outubro de 2015 (dois mil e quinze), no edifício Salvador Lopes Fernandes, sede da Câmara Municipal, realizou-se a 14ª (décima quarta) Sessão Ordinária, do terceiro ano da 16ª legislatura da Câmara Municipal de Viradouro. Presentes os vereadores Ailton Antônio Ferreira, Edson Luiz Franco, Edson Luiz Maria Tavares, Erney Antônio de Paula, José Gibran, Julimar Pelizari, Luiz Geraldo Cardoso e Manoel Aparecido Brandão, presentes também os funcionários Elena Maria de Almeida Barbieri, Flávio Luis Baião Pontes Gestal, Lucas Henrique Nunes e Paulo Renato Zamariolli, às 20h15min (vinte horas e quinze minutos) o 1º Vice-Presidente da Câmara, vereador Julimar Pelizari, presidindo a Sessão, solicitou ao Edson Luiz Franco a leitura de um versículo bíblico, o vereador leu os seguintes versos: **"Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refugio, a minha fortaleza, e nele confiarei."** **Salmos 91:02.** O Presidente da Sessão, vereador Julimar Pelizari justificou que conduzirá os trabalhos na presente sessão devido ao fato de que a Presidente Fabiana encontra-se em repouso após passar por uma

cirurgia. Em seguida, o Presidente declarou aberta a sessão sob a proteção de Deus. Na sequência foram apresentadas as atas das sessões realizadas em 21 (vinte e um) de setembro do corrente ano. Colocadas as atas em discussão e votação foram aprovadas por unanimidade. Na sequência foram apresentados os Projetos de Lei do Executivo nº 063, 065, 067, 069, 070, e 071 de 2015, que foram incluídos na Ordem do Dia para discussão e votação. Em seguida o Presidente informou a retirada de pauta do Projeto de Lei do Executivo nº068/2015, devido a um erro de digitação. Na sequência o Presidente consultou o plenário sobre a possibilidade da inclusão dos projetos de Lei Executivo nº 072 e 073 na Ordem do Dia da presente sessão. O plenário concordou com a inclusão dos projetos em pauta, por unanimidade dos presentes. Em seguida foi apresentado e encaminhado aos vereadores e Comissões, para manifestação no prazo regimental o Projeto de Lei do Executivo nº 066/2015, que estima a receita e fixa a despesa do município de Viradouro para o exercício de 2016 (LOA-2016). Na sequência foi apresentada a Moção nº 011/2015, de autoria do vereador Erney Antônio de Paula, de aplausos e congratulações aos profissionais e datas comemorativas do mês de outubro. Colocada a Moção em discussão o

vereador Luiz Geraldo Cardoso, solicitou a inclusão do dia 12 de outubro, como dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do município. Colocada a moção em votação foi aprovada por unanimidade. Na sequência foi apresentada 1 (uma) indicação de autoria do vereador Edson Luiz Franco, onde indica ao Prefeito Municipal que efetue reparos na iluminação da Avenida Rui Barbosa. Na sequência foram apresentadas 2 (duas) indicações de autoria do vereador Erney Antônio de Paula onde indica ao Prefeito Municipal Redução de IPTU a imóveis que possuam reservatórios de água pluvial, e que seja instituído no calendário de eventos do município o Dia dos Povos Migrante. Iniciada a palavra livre o vereador Manoel Aparecido Brandão informou que antes da sessão se reuniu com pessoas que acompanham a sessão no auditório, e que estas gostariam de usar a palavra para expor sua opinião referente ao Projeto de Lei nº 068/2015, que foi retirado de pauta. Portanto ao final da sessão, todos os vereadores concordaram em permanecer no plenário para ouvi-las. O Presidente disse que o projeto foi retirado por possuir um erro de digitação. Iniciada a Ordem do Dia, foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 063/2015, processo nº 396/2015, que regulamenta o inciso V, do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, para

prever o percentual mínimo de preenchimento, por servidores de carreira, dos cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo do Município de Viradouro. O projeto recebeu uma emenda supressiva da Comissão de Justiça e Redação, onde suprime o parágrafo único do artigo 1º. Colocada a emenda em discussão o vereador Manoel Aparecido Brandão disse que a emenda apenas vem a eximir dúvidas quanto ao termo "funcionários de carreira". Disse também que a emenda não traz nenhum prejuízo ao município. Na sequência usou a palavra o vereador Edson Luiz Franco, disse que solicitou uma nova análise da Comissão de Justiça e Redação sobre este aspecto, pois em um primeiro momento o município equipara funcionários de carreira, com funcionários efetivos e inclusive com os estáveis não concursados. Finalizou agradecendo a Comissão de Justiça e Redação, pela propositura da emenda deixando o projeto sem qualquer vício de constitucionalidade. Colocado a emenda em votação, foi aprovada por unanimidade dos presentes. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 065/2015, processo nº 411/2015, que

substitui a minuta que integra a Lei Municipal nº 3.266, de 18 de agosto de 2015. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o Projeto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade dos presentes. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 067/2015, processo nº 434/2015, que insere o profissional Terapeuta Ocupacional no âmbito do Projeto Sala de Recursos, instituído pela Lei Municipal nº 2.610, de 19 de fevereiro de 2008 e dá outras providências. Na sequência usou a palavra o vereador Manoel Aparecido Brandão e propôs uma emenda verbal, visando corrigir a ementa do referido projeto. Propôs também modificações no artigo primeiro, uma vez que o primeiro artigo deve conter de certa forma a síntese do projeto. O vereador José Gibran, informou ao vereador Manoel Brandão que o projeto deixa dúvidas quanto ao anexo que está sendo alterado. Na sequência usou a palavra o vereador Edson Luiz Franco, e questionou a Justiça e Redação e observou o fato que o projeto pretende criar gratificações por lei, sendo que existe uma lei específica que trata de gratificações, solicitou então análise da Comissão neste sentido. Na sequência o Presidente suspendeu a sessão por 5 (cinco) minutos. Reiniciada a sessão, o Presidente retirou

o projeto de lei do executivo nº 067/2015, de pauta e submeteu a análise da Comissão de Justiça e Redação. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 069/2015, processo nº 432/2015, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 23.400,00 (vinte e três mil, e quatrocentos reais). O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o Projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 070/2015, processo nº 433/2015, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.614,78 (quatro mil, seiscentos e quatorze e setenta e oito centavos). O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o Projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 071/2015, processo nº 434/2015, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S. A. e dá outras providências. O vereador Luiz Geraldo Cardoso usou palavra pela ordem e alertou para o fato de que o projeto possui pedido para tramitar em regime de urgência. Foi aprovado por unanimidade dos

presentes o pedido para que o Projeto tramite em Regime de Urgência Especial. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o Projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 072/2015, processo nº 441/2015, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 305.340,78 (trezentos e cinco mil, trezentos e quarenta reais e setenta e oito centavos). Foi aprovado por unanimidade dos presentes o pedido para que o Projeto tramite em Regime de Urgência Especial. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o Projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 073/2015, processo nº 442/2015, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 120.126,36 (cento e vinte mil, cento e vinte e seis reais e trinta e seis centavos). Foi aprovado por unanimidade dos presentes o pedido para que o Projeto tramite em Regime de Urgência Especial. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o Projeto

em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Iniciada a palavra livre para explicações pessoais, o vereador Erney Antônio de Paula, registrou a ausência da Presidente Fabiana Lourenço da Silva, que passou por uma cirurgia e disse estar orando pela sua recuperação. Finalizou parabenizando o Vice-Presidente vereador Julimar Pelizari pela condução dos trabalhos. Na sequência usou a palavra o vereador Ailton Antônio Ferreira e desejou a uma excelente recuperação a Presidente Fabiana Lourenço da Silva Sevieiro. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme segue devidamente assinada.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

52ª Sessão da Câmara Municipal de Viradouro,
38ª Sessão Extraordinária, do 3º ano da
16ª Legislatura, aos 05 de outubro de 2015.

Aos 05 (cinco) dias do mês de outubro de 2015 (dois mil e quinze), no edifício Salvador Lopes Fernandes, sede da Câmara Municipal, realizou-se a 38ª (trigésima oitava) Sessão Extraordinária, do terceiro ano da 16ª legislatura da Câmara Municipal de Viradouro. Presentes os vereadores Ailton Antônio Ferreira, Edson Luiz Franco, Edson Luiz Maria Tavares, Erney Antônio de Paula, José Gibran, Julimar Pelizari, Luiz Geraldo Cardoso e Manoel Aparecido Brandão, presentes também os funcionários Elena Maria de Almeida Barbieri, Flávio Luis Baião Pontes Gestal, Lucas Henrique Nunes e Paulo Renato Zamariolli, às 21h20min (vinte e uma horas e quinze minutos) o 1º Vice-Presidente da Câmara, vereador Julimar Pelizari, presidindo a Sessão declarou aberta a sessão sob a proteção de Deus. Iniciada a Ordem do Dia, foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 063/2015, processo nº 396/2015, que regulamenta o inciso V, do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, para prever o percentual mínimo de preenchimento, por servidores de carreira, dos cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo do Município de

Viradouro. O projeto recebeu uma emenda supressiva da Comissão de Justiça e Redação, onde suprime o parágrafo único do artigo 1º. Colocada a emenda em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade dos presentes. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 065/2015, processo nº 411/2015, que substitui a minuta que integra a Lei Municipal nº 3.266, de 18 de agosto de 2015. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o Projeto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade dos presentes. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 067/2015, processo nº 434/2015, que insere o profissional Terapeuta Ocupacional no âmbito do Projeto Sala de Recursos, instituído pela Lei Municipal nº 2.610, de 19 de fevereiro de 2008 e dá outras providências. O Presidente retirou o projeto de lei do executivo nº 067/2015, de pauta e submeteu a análise da Comissão de Justiça e Redação. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 069/2015, processo nº 432/2015, que dispõe sobre a abertura de

Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 23.400,00 (vinte e três mil, e quatrocentos reais). O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o Projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 070/2015, processo nº 433/2015, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.614,78 (quatro mil, seiscentos e quatorze e setenta e oito centavos). O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o Projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 071/2015, processo nº 434/2015, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S. A. e dá outras providências. Foi aprovado por unanimidade dos presentes o pedido para que o Projeto tramite em Regime de Urgência Especial. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o Projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 072/2015, processo nº 441/2015, que

dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 305.340,78 (trezentos e cinco mil, trezentos e quarenta reais e setenta e oito centavos). Foi aprovado por unanimidade dos presentes o pedido para que o Projeto tramite em Regime de Urgência Especial. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o Projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 073/2015, processo nº 442/2015, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 120.126,36 (cento e vinte mil, cento e vinte e seis reais e trinta e seis centavos). Foi aprovado por unanimidade dos presentes o pedido para que o Projeto tramite em Regime de Urgência Especial. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o Projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme segue devidamente assinada.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário